



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Engenharia

**Unidade Hoteleira**  
**Casa da Feligueira (Cinfães)**

**Rafael Silva Ramalho**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitectura**  
(ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutor Miguel João Mendes do Amaral Santiago Fernandes

**Covilhã, Junho de 2014**



# Agradecimentos

Agradeço ao professor Miguel Santiago por todo o apoio e confiança demonstrados ao longo deste projecto e de todo o curso.

Agradeço a todos os meus amigos, com quem partilhei estes últimos seis anos, e que ficarão para sempre comigo.

Agradeço à Inês, a quem devo tudo, por todo o apoio e motivação dados, por me fazer sempre continuar.

Por fim, agradeço aos meus pais, que se esforçam todos os dias para que eu concretize os meus sonhos, e a quem, com uma infinita gratidão, dedico este trabalho.

Obrigado.

# Resumo

O objectivo principal deste projecto final de mestrado é definir uma estratégia de recuperação e valorização da Casa da Feligueira, situada na freguesia de Espadanedo do concelho de Cinfães. Propõe-se um Hotel/Resort que tenha como principais pontos atractivos as paisagens das encostas do rio Douro. A proposta arquitectónica tem como ideia fundamental a criação de uma experiência original, integrada nas tradições e vivências do meio rural onde se insere. Procura-se uma abordagem crítica que questione os modelos hoteleiros convencionais, e que contribua de uma forma exemplar para o desenvolvimento de outros projectos destas características.

O projecto proposto tem um carácter multidisciplinar, pois engloba não só a criação de novas infra-estruturas, mas também a reabilitação de algumas pré-existências e o arranjo paisagístico de toda a envolvente.

Em paralelo, apresenta-se uma contextualização da temática, onde se reúnem todos os dados factuais, programáticos e conceptuais que fundamentem as escolhas do projecto.

# Palavras-chave

Unidade hoteleira; Vale do Douro; Casa da Feligueira; Turismo; Rural; Paisagem

# Abstract

The primary goal of this master's degree final project is to define a recovery and appreciation strategy for the 'House of Feligueira', situated in Espadanedo, Cinfães. The general proposition translates into a Hotel/Resort that features the landscape slopes of the Douro River, as its main attraction. Creating an original integrated experience with the local rural traditions is the core idea behind the architectural proposition. It searches a critical approach as it questions the conventional hotel patterns and contributes in an exemplary manner for the development of other related projects.

The project itself has a multi-disciplinary nature, as it incorporates not only new infrastructures but also de rehabilitation of some pre-existing buildings and the landscaping of the entire surrounding.

In parallel, it's presented a contextualization of theoretical contents gathering all factual, conceptual and programmatic data that underlie the choices of the project.

# Key-words

Hotel Unity; Douro Valley; House of Feligueira; Tourism; Rural; Landscape

# Índice

Capítulo 1 - Introdução .....	1
1.1. Justificação da temática .....	1
1.2. Objectivos .....	1
1.3. Metodologia .....	2
Capítulo 2 - Turismo .....	5
2.1. Turismo, turista, definição de conceitos .....	5
2.2. História do turismo .....	7
2.3. Importância do fenómeno turístico nas sociedades contemporâneas.....	10
2.4. Turismo em Portugal.....	12
2.5. Satisfação dos turistas.....	15
2.6. Paradigmas do turismo actual.....	16
Capítulo 3 - Rural.....	18
3.1. Conceito de rural.....	18
3.2. Desruralização.....	20
3.3. Paisagem rural.....	22
3.4. Oportunidades dos meios rurais.....	24
Capítulo 4 -Turismo em Espaço Rural (TER).....	26
4.1. Contextualização conceptual e histórica .....	26
4.2. Porquê do turismo rural? .....	27
Capítulo 5 - O lugar.....	31
Capítulo 6 - Memória descritiva.....	37
6.1. Enquadramento.....	37
6.2. Programa funcional.....	37
6.2.1. Unidade hoteleira.....	38
6.2.2. Quinta pedagógica.....	39
6.2.3. Habitação de carácter permanente.....	38
6.3. Proposta.....	40
6.4. Materialização.....	42
Capítulo 7 - Conclusão.....	43
Referências Bibliográficas.....	45
Anexos	

## Lista de figuras

Figura 1. Cruzeiro no Rio Douro (foto de autor).....	4
Figura 2. Paisagem rural (foto de autor).....	17
Figura 3. Paisagem rural do vale do rio Douro.....	22
Figura 4. Jardim da Casa da Feligueira.....	25
Figura 5. Vista antiga da Quinta da Feligueira (foto de autor).....	30
Figura 6. Localização da Quinta da Feligueira (esquema de autor).....	31
Figura 7. Panorâmica das paisagens da região (foto montagem de autor).....	32
Figura 8. Exemplo de uma construção vernacular (foto de autor).....	33
Figura 9. Casa da Feligueira (foto de autor).....	34
Figura 10. Croquis da proposta (desenho de autor).....	36
Figura 11. Croquis relativo à definição do programa funcional.....	38
Figura 12. Conjunto de croquis iniciais da proposta (desenhos de autor).....	40
Figura 13. Conjunto de croquis da plataforma (desenhos de autor).....	41
Figura 14 Croquis da malha estrutural (desenho de autor).....	41
Figura 15. Conjunto de croquis relativos à materialização.....	42

## Lista de gráficos

Gráfico 1. Receitas internacionais do turismo (milhões de Euros) (fonte: Turismo de Portugal,2013).....	11
Gráfico 2. Receitas turísticas em Portugal (milhões de euros) (fonte: Turismo de Portugal 2013).....	12
Gráfico 3. Chegadas Internacionais a Portugal (fonte: Turismo de Portugal 2013).....	13
Gráfico 4. Ocupação média por quarto (fonte: Turismo de Portugal) .....	14
Gráfico 5. Factores de satisfação dos turistas (fonte GFK Metris, 2012).....	15



# Capítulo 1

## Introdução

### 1.1. Justificação da temática

As viagens, as férias e os momentos de lazer são actividades presentes ao longo de toda a história da humanidade. A procura de momentos prazerosos em ambientes diferentes do habitual foi, desde sempre, uma necessidade intrínseca na vida de todos os seres humanos. Por sobrevivência, pela busca de conhecimento, ou apenas por lazer, as viagens fazem parte da vida do ser humano. Com o crescimento desta necessidade, surgiu também o interesse pela compreensão deste fenómeno.

Actualmente o turismo assume um papel preponderante no crescimento económico e nas suas relações, é um importante actor diplomático e de coesão social, proporcionando experiências sensoriais e trocas culturais que outrora eram quase inimagináveis.

Como resposta ao aumento da intensidade e do ritmo de vida, causado pelo crescimento exponencial das grandes cidades vivido no século passado, o turismo surge como um antídoto eficaz ao quotidiano frenético das grandes metrópoles. Cada vez mais, estes cidadãos fatigados do trânsito, da poluição e da impessoalidade que a vida citadina lhes oferece, procuram nos destinos turísticos a tranquilidade de experiências integradas na natureza e nas culturas tradicionais, inacessíveis nas grandes cidades.

Atentos a esta procura emergente, os agentes governativos europeus e nacionais, começaram a motivar o regresso aos meios rurais despovoados, tornando assim, o turismo rural, como um ramo da actividade turística capaz de regenerar a vida quase perdida destes territórios.

### 1.2. Objectivos

O objectivo principal deste projecto final de mestrado é definir uma estratégia de recuperação e valorização da Casa da Feligueira, situada na freguesia de Espadanedo, do concelho de Cinfães. Propõe-se um Hotel/Resort que tenha como principais pontos atractivos as paisagens das encostas do rio Douro e a relação directa com a agricultura e a natureza. A proposta arquitectónica tem como ideia fundamental a criação de uma experiência singular, integrada nas tradições e vivências do meio rural onde se insere. Procura-se uma abordagem

crítica que questione os modelos hoteleiros convencionais, e que contribua de uma forma exemplar para o desenvolvimento de outros projectos destas características.

### 1.3. Metodologia

Esta dissertação de mestrado está dividida em duas partes, uma primeira de cariz teórico, que suporta a segunda, onde é apresentado o projecto prático. Estes dois trabalhos foram desenvolvidos em paralelo com o objectivo de aplicar os conhecimentos assimilados durante o estudo estatístico e conceptual da temática.

A exposição está subdividida em quatro capítulos que se completam na criação de um suporte contextual essencial ao desenvolvimento da proposta.

O primeiro capítulo é um introdutório estudo da actividade turística em geral, que visa compreender o papel deste sector nas sociedades contemporâneas. Para isso, foi realizada uma contextualização conceptual e histórica, seguida de uma recolha e análise estatística de um conjunto de dados que ajudam a compreender o volume deste fenómeno.

O seguinte capítulo foca-se na definição e no estudo dos meios rurais. O principal objectivo deste capítulo é compreender os caminhos regenerativos que estes territórios devem tomar. Percebendo historicamente, as causas que levaram ao despovoamento destes territórios, e conhecendo as medidas motivacionais levadas a cabo pelos agentes governativos, é possível traçar com mais eficácia uma proposta sustentável para a regeneração destes espaços.

O terceiro capítulo é responsável pelo cruzamento entre os conhecimentos adquiridos nas duas partes anteriores. Estuda-se aqui o Turismo em Espaço Rural (TER) através do confronto entre as novas necessidades reveladas pela procura turística contemporânea e as oportunidades emergentes que os territórios rurais têm para oferecer.

Por fim, no ultimo capítulo, realiza-se uma breve análise de todas as características que poderiam influenciar a criação da estratégia de reabilitação da Quinta da Feligueira. Em primeiro lugar, procura-se reunir um conjunto de informações geográficas, sociais e culturais relativas ao lugar, de modo a integrar melhor o plano da experiência turística. De seguida faz-se uma breve descrição dos materiais e das técnicas construtivas vernaculares da região que justificam algumas das escolhas do projecto arquitectónico. Por fim é feita uma análise mais detalhada do terreno a intervir.

Esta dissertação finda com a apresentação da proposta de revitalização da Quinta da Feligueira. Com a parte prática da presente dissertação, pretende-se criar uma estratégia exemplar, exequível e sustentável de regeneração desta propriedade esquecida, que fosse capaz de acompanhar o rápido desenvolvimento da procura turística.

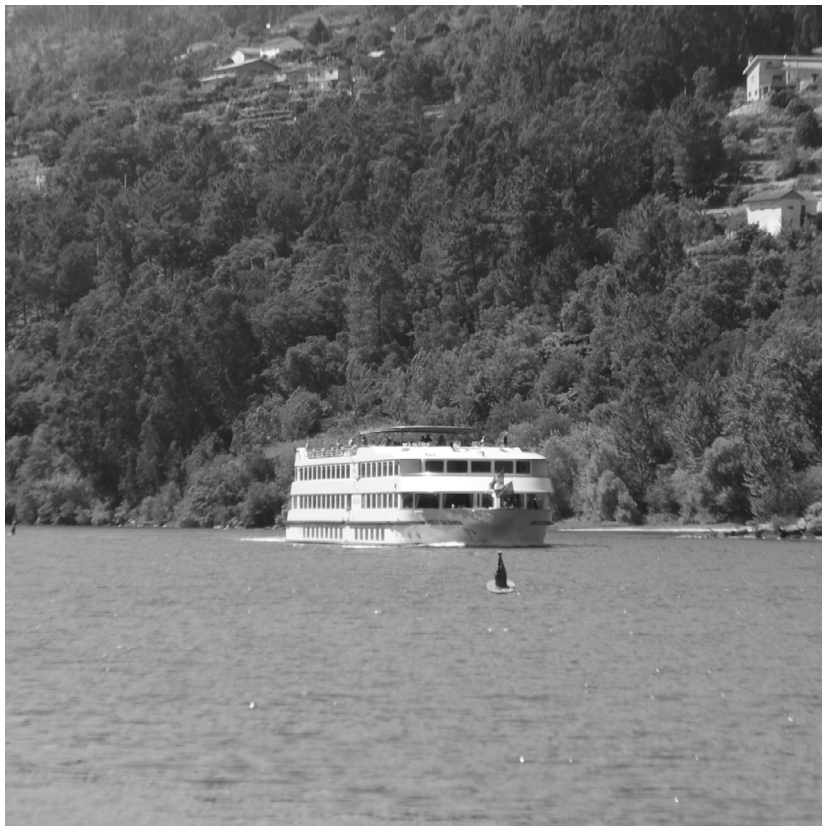


Figura 1 Cruzeiro no Rio Douro (foto de autor)

## Capítulo 2

### Turismo

#### 2.1. Turismo, turista, definição de conceitos

A definição técnica e conceptual de turismo tem sido alvo de várias reflexões desde o início do séc. XX até aos dias de hoje, tanto por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), ou (Silva L. , A procura do turismo em espaço rural, 2007) por parte de alguns autores e investigadores independentes. Perante esta subjectividade e diversidade de propostas, torna-se necessário começar esta dissertação citando a última definição partilhada em documento oficial redigido em conjunto pelas Nações Unidas e pela Organização Mundial de Turismo (WTO).

*“Tourism comprises the activities of persons traveling to and staying in places outside their usual environment for not more than one consecutive year for leisure, business and other purposes.”* (United Nations and World Tourism Organization, 1994, p. 5)

A origem etimológica da palavra turismo está na junção da palavra francesa *tour*, com origem do latim *tornare* ou no grego *tornos* e o sufixo *ismo*, que se refere a uma acção ou a um processo, aglutinando numa só palavra, a acção de viajar (Theobald, 1998).

A ideia de turismo enquanto actividade humana, geradora de múltiplos fenómenos sociais, culturais e económicos foi-se formando lentamente desde há muitos séculos, mas foi na transição do século XIX para o século XX que se consagrou como uma actividade humana importante e, com isso, surgiram as primeiras tentativas de definição (Cunha, 2010).

Este conceito começou a ser estudado por alguns filósofos como Francis Bacon que, já na altura, começava a evidenciar os aspectos educativos das viagens. Devido ao crescimento da actividade turística, e à necessidade global de definir o conceito de turismo e os seus adjacentes, com o principal objectivo de homogeneizar as estatísticas dos diferentes países, a Sociedade das Nações Unidas, em 1937, definiu turismo como *“toda a viagem realizada para fora do domicílio habitual por um período superior a 24 horas e inferior a 1 ano, por motivos de lazer”* (Santos, 2000, p. 29). Apesar de a International Union of Official Travel Organizations (IUOTO) ter separado os conceitos de *visitante* e de *excursionista*, em 1953, a Comissão de Estatísticas da ONU, definiu o conceito de *visitante* como alguém *“não residente tendo a intenção de permanecer no país durante um ano no máximo, sem aí exercer uma profissão remunerada”* (Cunha, 2010, p. 4). Logo no ano seguinte, a Convenção das Nações

Unidas encurta esta delimitação temporal para seis meses. Dez anos mais tarde, em 1964, surgiu a necessidade de simplificar o termo *visitante*, tornando-o mais flexível e global. Foi então que na Conferência das Nações Unidas, em Roma, se passou então a considerar como visitante, todo aquele que se desloca para o estrangeiro por motivos não profissionais (Bernardo, 2013). Em 1971, foram emitidas directivas, por parte da ONU, para uma nova definição, assim sendo, passaram a serem considerados como turistas, *“os visitantes que permanecem mais de 24 horas ou os que passam pelo menos uma noite num estabelecimento de alojamento no país visitado(...)”* (Cunha, A definição e o âmbito do turismo: aprofundamento necessário, 2010, p. 5), e cujo os motivos das viagens possam ser incluídos em actividades de lazer ou então de negócios, visitas familiares, missões humanitárias ou militares, etc. Nas mesmas directivas foi esclarecido também que os *excursionistas* ou *visitantes do dia*, indivíduos que permanecem menos de 24 horas no país visitado ou aí não passam uma noite num estabelecimento de alojamento (Cunha, 2010).

Em 1983, com a substituição da IUOTO pela Organização Mundial de Turismo (OMT), um novo e importante conceito foi introduzido, o de *visitantes nacionais* que se refere àqueles que praticam o turismo interno, isto é, aqueles que viajam sem sair do país onde residem habitualmente. Por fim, com o intuito de acabar definitivamente com esta variação de definições, em 1993, a Comissão de Estatística da ONU cria a definição institucional oficial, e ainda hoje em vigor, para os termos: visitante, turista e visitante do dia (Cunha, 2010).

*Visitante* é o *“indivíduo que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual, por um período inferior a 12 meses, cujo motivo principal é outro que não o exercício de uma actividade remunerada no local visitado.”* (Turismo de Portugal, 2008, p. 21).

*Turista* é o *“visitante que permanece, pelo menos, uma noite num alojamento colectivo ou particular no lugar visitado.”* (Turismo de Portugal, 2008, p. 20).

*Visitantes do dia*, são aqueles *“que não passam uma noite num alojamento colectivo ou privado no local visitado.”* (Cunha, 2010, p. 6).

Todas estas definições técnicas-institucionais podem ser criticadas pelo facto de não referirem dimensões como a duração da visita, a localização ou o seu motivo, introduzindo ideias arbitrárias como a de *ambiente habitual* (Bernardo, 2013). Contudo, estas definições, vão sendo tidas em conta ao longo da dissertação, pois são a partir delas, que os estudos estatísticos utilizados foram realizados.

## 2.2. História do turismo

O turismo está empiricamente relacionado com o verbo viajar, e como é sabido, o homem desde a pré-história viaja. No início da história da humanidade sabemos que o ser humano era nómada, tinha as viagens como uma necessidade intrínseca à sua sobrevivência, viajava em busca de comida ou de um melhor clima (Kastenholz, 2002).

Durante a antiguidade clássica, sabe-se que as actividades de lazer “tinham um papel de destaque entre as classes mais abastadas” (Bernardo, 2013, p. 2). Na Grécia Antiga os cidadãos viajavam para ir assistir aos Jogos Olímpicos. Mais tarde, durante o Império Romano, numa era de paz e riqueza, muitos cidadãos disfrutaram dos mais diversos eventos culturais e desportivos, como também puderam construir vivendas de férias no Norte de África, onde faziam passeios turísticos no rio Nilo com o intuito de admirar os monumentos faraónicos (Bernardo, 2013). Os Romanos também foram responsáveis pela criação de uma vasta rede de estradas facilitando assim as viagens (Badaró, 2004).

No decorrer da Idade Média, introduziu-se uma nova motivação para viajar. Algumas cidades, nomeadamente Meca e Santiago de Compostela, assumiram-se como lugares de culto religioso, visitados por inúmeros peregrinos muçulmanos e cristãos, respectivamente.

A expansão marítima comercial levada a cabo, principalmente, por Espanha e Portugal durante o séc. XV, foram um importante impulsionador da curiosidade pelo desconhecido nos países Europeus. Nesta época faziam-se viagens transoceânicas com o objectivo de descobrir o mundo desconhecido até então (Badaró, 2004).

No séc. XVIII e XIX, surgiu o *Grand Tour*, que consistia numa viagem realizada por jovens aristocratas europeus, principalmente oriundos do Reino Unido, que viajavam até aos países mediterrânicos, com objectivos essencialmente educativos, culturais e intelectuais (Silvano, 2006). Este momento da história foi para muitos autores o início do turismo moderno, isto porque deixou de ser uma questão de sobrevivência como acontecia na pré-história, ou uma questão de sacrifício como acontecia na Idade Média (Kastenholz, 2002). Os turistas passaram também a usar spas como motivos de lazer ou entretenimento; muitos deles foram obrigados a reorganizarem as suas infra-estruturas. Foi também criada um grupo dos doze mais importantes spas europeus (Badaró, 2004).

Com a Revolução Industrial, deram-se avanços tecnológicos bastante significativos (a invenção do motor a vapor, do barco e do comboio). Melhoraram-se as vias de comunicação e as pessoas concentraram-se nas grandes cidades. Estas mudanças impulsionaram também um melhoramento dos direitos dos trabalhadores: o direito às férias, o aumento do rendimento e

do tempo livre. Devido à intensidade da vida metropolitana, surgiu também a necessidade de fugir às cidades e à rotina. Este foi um dos factores que mais motivou, juntamente com os outros já referidos, o turismo a se generalizar como uma actividade possível a uma maior quantidade de pessoas (Badaró, 2004).

Em 1938, Stendhal introduziu a palavra *turista* no seu livro *"Memoires d'un touriste"*, que já vinha sendo utilizada pelos franceses para se referirem aos aventureiros ingleses que faziam o *Grand Tour* (Badaró, 2004).

*"Tais condições permitiram que Thomas Cook organizasse com sucesso a primeira viagem organizada, tendo ainda formado a primeira agência de viagens, a Thomas Cook & Son"* (Bernardo, 2013, p. 3). Em 1989 é aberto o Hotel Ritz de Paris. Com estes dois acontecimentos pode-se afirmar que o turismo começa a emergir como actividade económica.

Ao longo do séc. XIX os europeus passaram a viajar até África e os Estados Unidos da América, tudo se tornou mais acessível. *"Observa-se que neste período houve um suave processo de massificação do turismo, ou seja, as viagens se tornavam mais acessíveis para o segmento da classe média da população"* (Badaró, 2004, p. 11).

Depois da Primeira Grande Guerra, com a invenção do automóvel o turismo tornou-se ainda mais fácil, as viagens passaram a ser acessíveis a um número ainda maior de pessoas. Nessa mesma altura, nos Estados Unidos da América, os parques de diversões e os casinos, depressa se tornaram numa actividade de lazer popular, sendo mesmo considerados como os grandes palcos da vida social da época. *"Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a rápida recuperação económica e industrial da Europa Ocidental permitiu um crescimento na actividade turística que superaria todas as expectativas. Com o desenvolvimento tecnológico, dos transportes, e todo um conjunto de alterações socioeconómicas que melhoraram a vida dos habitantes destes espaços, como por exemplo a implementação do Estado Providência, e ainda com a independência de um vasto conjunto de países no final do conflito(...)"* (Bernardo, 2013, p. 3).

Em 1945 foi criada a ONU e com isso o *"turismo passou a desempenhar um papel deveras importante, sendo visto como forma de intercâmbio cultural"* (Badaró, 2004, p. 11).

Em meados do séc. XX o turismo torna-se uma actividade de massas. Na viragem do sistemas capitalistas liberais para os sistemas de capitalismo organizado ou *fordista*, deixaram-se as viagens individualizadas realizadas apenas por membros de classes sócias mais abastadas e o turismo passou a ser uma actividade colectiva organizada, acessível a todos (Fortuna & Ferreira, 1996).

Havia três factores que faziam crescer esta actividade como nunca antes tinha crescido: o

primeiro prende-se ao facto dos rendimentos e os tempos livres dos trabalhadores terem aumentado<sup>1</sup>. Em segundo lugar, as pessoas cada vez mais sentiam a necessidade de fugir às suas rotinas quotidianas nas grandes cidades. Por fim, houve um aumento exponencial da formação intelectual da população em geral, com isto, aumentaram também as motivações para viajar e conhecer novos lugares (Pato, 2012).

Em 1949 foi vendido o primeiro pacote de viagens aéreo, estas, passado um ano eram já as preferidas dos turistas em detrimento das náuticas. Na década de 60 foram fundadas algumas operadoras aéreas que traziam os turistas do norte da Europa para os países mediterrânicos, tal como acontece actualmente, os destinos mediterrânicos são muito procurados países escandinavos (Badaró, 2004). Todos estes factores levaram ao *“estabelecimento de uma oferta padronizada, baseada em pacotes turísticos que permitiram “organizar” a procura de um elevado número de turistas segundo os seus interesses e necessidades”* (Pato, 2012).

Durante a segunda metade do séc. XX, o crescimento da indústria turística foi muito acelerado e nem sempre controlado como deveria, saturando desta forma alguns destinos turísticos tornando a oferta homogénea e, perdendo assim, o carácter privilegiado e individualizado que tinha no início desta actividade (Silvano, 2006). Eram valorizados os destinos que ofereciam os preços mais baixos de características balneares, por serem acessíveis à maioria das pessoas (Pato, 2012).

A União Internacional dos Organismos Oficiais do Turismo foi sucedida, em 1975, pela Organização Mundial de Turismo, que opera, ainda hoje, em conjunto com a Organização das Nações Unidas, na criação de planos de desenvolvimento do turismo a nível internacional. (Badaró, 2004).

No período que se seguiu a esta prosperidade, que causou enormes danos socioeconómicos (como o aumento da disparidade entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento), o mercado turístico assistiu ao aumento da procura de destinos ecologicamente mais responsáveis e sustentáveis. Esta procura surge então como resposta aos elevados custos sociais e ambientais que o turismo de massas implicava (Pato, 2012). Foi na década de 70 que surgiram as primeiras discussões sobre o impacto ecológico do turismo, e com elas surgiu também a necessidade de preservar e cuidar dos recursos que o turismo, e nomeadamente, as unidades hoteleiras se serviam (Badaró, 2004).

---

<sup>1</sup> Em 1956, na Suíça, vinte países europeus assinaram um tratado que dava aos trabalhadores o direito a três semanas de férias pagas (Badaró, 2004)

Em 1980, a Conferência de Manila promovida pela OMT, veio afirmar os interesses sociais, culturais e ambientais, para além dos objectivos meramente económicos. Com esta conferência diversas ideias foram postas em prática, tornando o turismo numa actividade mais consciente e responsável (Pato, 2012):

- Desenvolvimento planificado da actividade;
- Introdução e gestão de actividades políticas desenvolvidas a nível nacional;
- Férias activas em vez de passivas que anteriormente predominavam;
- Preocupações educativas e lúdicas nas actividades turísticas;
- Integração da população local.

Na segunda metade do séc. XX as receitas do turismo internacional aumentaram como nunca. Na década de 60 rondavam os 10 milhões de dólares, na década de 90 já ultrapassavam o bilião de dólares, fazendo com que o turismo passa-se a representar 8% das exportações mundiais e empregasse cerca de 180 milhões de pessoas (Badaró, 2004). Entre 1974 e 1990 o número de turistas internacionais quase que duplicou (Pato, 2012).

Nas portas do novo milénio alguns factores beneficiaram a prática turística global. A União Europeia passou a ser composta por 27 países, introduziu a moeda única e melhorou as condições socioeconómicas dos países menos desenvolvidos. Países como a China ou o Brasil, desenvolveram substancialmente as suas economias ganhando um espaço no comércio mundial (Pato, 2012).

### 2.3. Importância do fenómeno turístico nas sociedades contemporâneas

Depois do estudo e análise da história do turismo, é possível compreender que esta actividade tem vindo a crescer e a ganhar importância tanto no contexto mundial, como nacional. O turismo, inicialmente começou por ser estudado como uma actividade económica, porém, desde o último quarto do século passado, o turismo passou a ser compreendido também como uma actividade social e cultural. Este fenómeno é responsável por gerar dinâmicas socioeconómicas envolvendo a participação de numerosos agentes, promotores e operadores. É também um fenómeno sociocultural, impulsionado por motivações relacionadas com o património e as actividades lúdicas (Moreira & Dias, 2010). Torna-se portanto, imprescindível para esta dissertação compreender o seu papel influenciador nas sociedades contemporâneas.

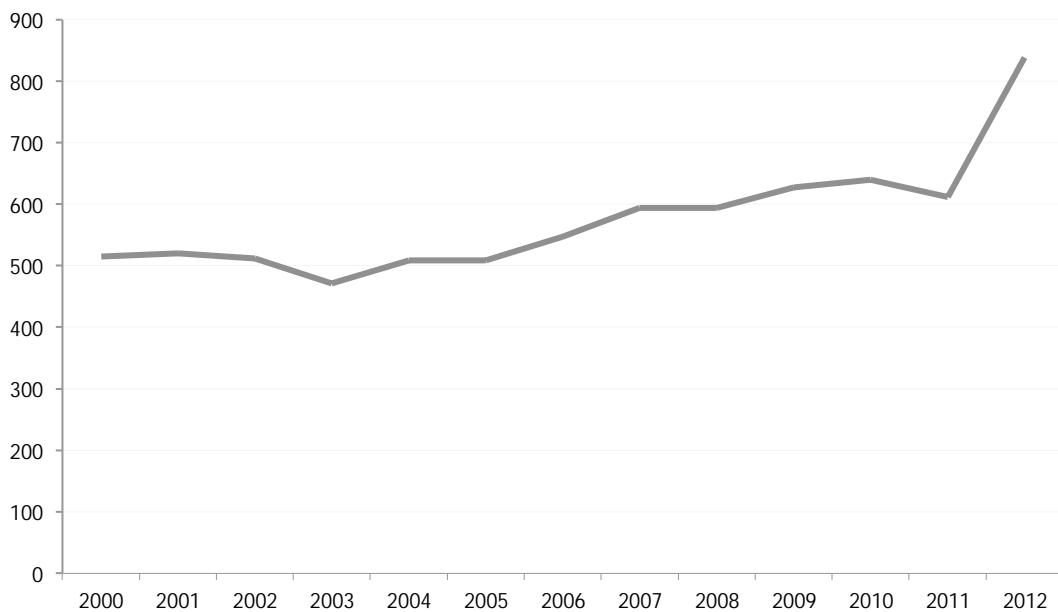


Gráfico 1 Receitas internacionais do turismo (milhões de Euros) (fonte: Turismo de Portugal, 2013)

Segundo a ONU e a OMT, no ano de 2012 as actividades turísticas representaram 9% do produto interno bruto mundial, gerando 6% das exportações mundiais (1,3 triliões de dólares americanos de receitas de exportação). O número de turistas também aumentou exponencialmente, em 2012 os turistas internacionais foram cerca de 1035 milhões, ou seja, quintuplicou em relação aos números atingidos em meados do século passado (UN & WTO, 2013). No prisma económico e também social, é importante referir que o turismo gera um em cada onze empregos a nível mundial, o que afirma esta actividade como um dos motores económicos e sociais de cada país, geradora de riqueza e de postos de trabalho.

Na Europa o turismo, desde o seu início, sempre teve uma importância acentuada, tanto para as balanças económicas como para o equilíbrio social e cultural. No ano de 2011 as receitas anexas ao turismo cresceram 5,2% e, nomeadamente, nos países mediterrânicos, o crescimento superou a média europeia crescendo 6%. Países como a França, Espanha e Itália foram dos que registaram o maior número de entradas internacionais, e dos que obtiveram mais receitas neste sector da economia (UN & WTO, 2013).

O turismo pode ser também um importante factor de coesão social, como é defendido na Declaração de Turismo Mundial, *“world tourism can be a vital force for world peace and can provide the moral and intellectual basis for international understanding and interdependence”* (Manila Declaration on World Tourism). Na mesma declaração também é

defendido que o turismo é capaz de desenvolver, num clima de cooperação e respeito pelos direitos humanos, as relações internacionais entre países, empresas e até pessoais.

Quanto à valorização dos activos culturais dos países receptores, as opiniões divergem entre as negativas, que criticam a organização do turismo apenas como um negócio, menosprezando a conservação de valores autênticos; outros reagem, positivamente, defendendo que o turismo pode ser responsável pela criação de estruturas de valorização e conservação dos activos turísticos de cada país, quer sejam eles históricos, artísticos ou culturais (Kastenholz, 2002).

## 2.4. Turismo em Portugal

A partir da década de 60, em simultâneo com o crescimento exponencial do turismo registado um pouco por toda a Europa, Portugal começa a interessar-se por este sector de actividade socioeconómica. O turismo, inicialmente, para além de ser gerido como uma actividade económica criadora de riqueza, era também um meio de propaganda patriótica utilizado pela ditadura (Cunha, 2010). Desde então, o turismo, motivado pelas políticas de desenvolvimento instituídas pelos agentes governativos europeus e nacionais, tem vindo a crescer exponencialmente.

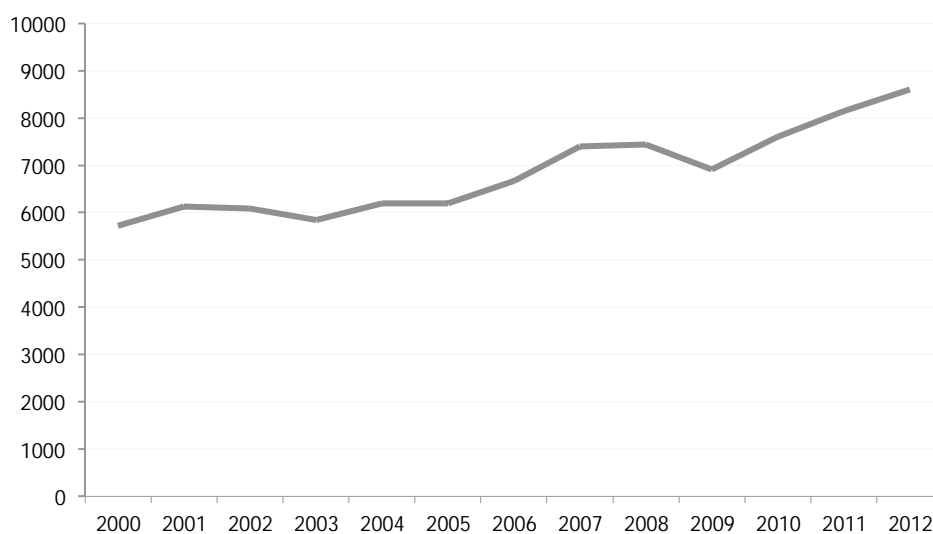


Gráfico 2 Receitas turísticas em Portugal (milhões de euros) (fonte: Turismo de Portugal, 2013)

Nos dados disponibilizados recentemente, pela Organização Mundial do Turismo, Portugal encontra-se no 26º lugar, com 1,03% do total das receitas mundiais do turismo. Na Europa, onde a concorrência é mais forte e organizada, Portugal subiu ao 12º lugar com 2,44% das receitas (UN & WTO, 2013).

Actualmente o turismo ainda está muito associado a três zonas do país que concentram cerca de 75% da actividade: Algarve, Madeira e Lisboa (Moreira & Dias, 2010). Em 2012, devido às dificuldades impostas pela situação económica do país e da Europa, os proveitos retirados das receitas turísticas registaram uma redução de 2,6% face a 2011, apesar de o número de dormidas ter sido semelhante (Instituto Nacional de Estatística, 2013). A França é o país de origem dos turistas que mais contribuíram para as receitas turísticas portuguesas com 18% do total registado, seguido do Reino Unido com 17% que liderava este ranking até ao ano de 2011. Em suma, a balança turística, no ano de 2012, acumulou um saldo positivo de 5,7 mil milhões de euros que representa um aumento de 9,6%; pode-se então concluir que, apesar de se ter investido menos no turismo, foram obtidos resultados mais eficazes (Turismo de Portugal, 2013).

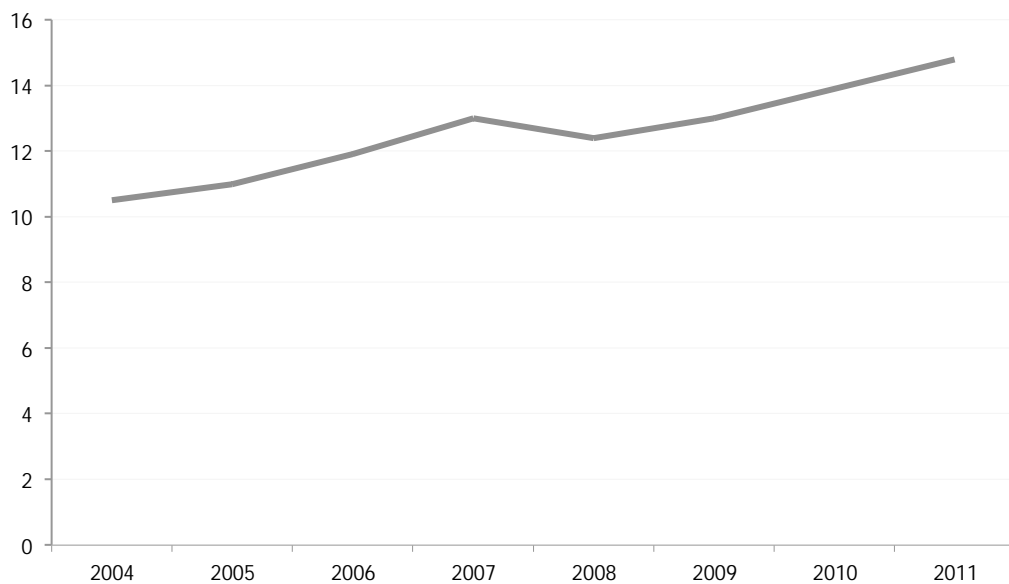


Gráfico 3 Chegadas Internacionais a Portugal (fonte: Turismo de Portugal, 2013)

As unidades hoteleiras portuguesas, em 2012, alojaram 13,8 milhões de hóspedes que originaram quase 40 milhões de dormidas. Do total destas dormidas, 27,3 milhões (69%) tiveram origem no mercado externo, sendo que neste campo, o Reino Unido lidera com 6,4

milhões de dormidas seguido da Alemanha e Espanha. No Norte do país (NUTS II) foram registadas 11,4%, que é um volume pouco relevante quando comparado com zonas como o Algarve, que hospedou 36,1% das dormidas realizadas em Portugal (Turismo de Portugal, 2013).

As tipologias preferidas pelos turistas foram os Hotéis e os Hotéis-Apartamentos, com 77% do total nacional de dormidas (Turismo de Portugal, 2013). Portanto, importa salientar que o grupo de unidades hoteleiras que obteve o maior crescimento foi o dos aldeamentos turísticos, que tiveram um aumento de 11,9% face ao ano anterior. Este crescimento pode ser associado à criação de cinco novos empreendimentos desta natureza no ano de 2012 (Instituto Nacional de Estatística, 2013).

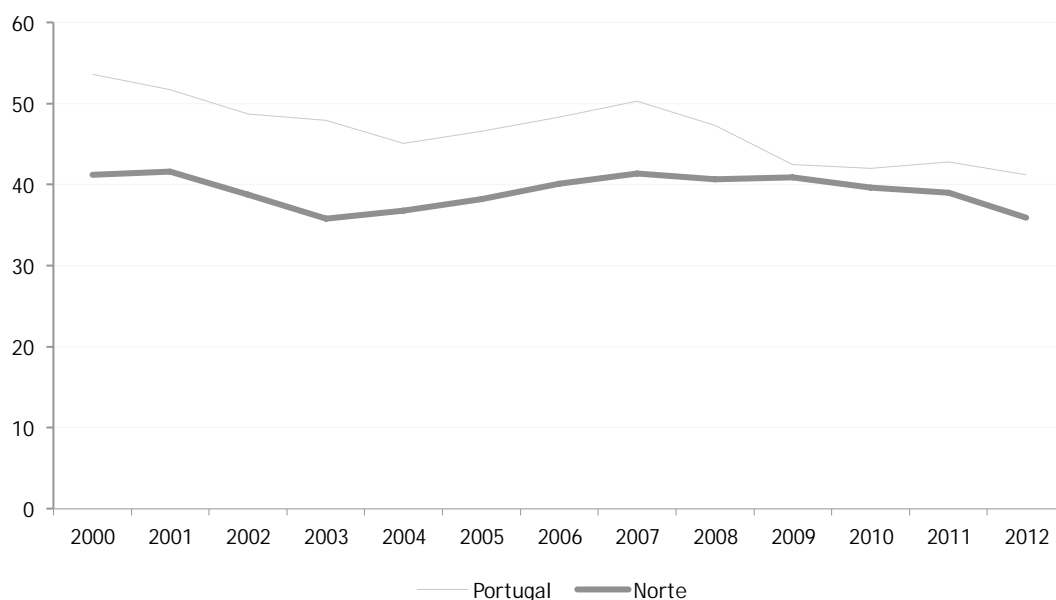


Gráfico 4 Ocupação média por quarto (fonte: Turismo de Portugal, 2013)

As taxas de ocupação por cama tiveram, no mesmo ano de 2012, um decréscimo global de 1,5%, fixando-se agora nos 41,3%. No geral, todas as tipologias decresceram nesta proporção face ao ano anterior; apenas o grupo dos hotéis 5 estrelas é que registaram um aumento substancial. Na região Norte (NUTS II), esta taxa ficou um pouco abaixo da média nacional, fixando-se nos 35,9% (Turismo de Portugal, 2013).

## 2.5. Satisfação dos turistas

Em Agosto de 2012, o Turismo de Portugal publicou um estudo (GFK Metris, 2012) sobre a satisfação dos turistas que visitaram Portugal. Para este estudo, foram inquiridas 816 pessoas de diferentes países que viajaram através dos aeroportos do Porto, Lisboa, Faro e Funchal.

Deste estudo concluiu-se que 89% dos inquiridos ficaram satisfeitos com as férias que passaram em Portugal, e que 85% tencionam voltar. A oferta natural e cultural foi apontada como o “ponto forte” do turismo português, seguido da hospitalidade e simpatia da população local. Em traços gerais, os inquiridos descreveram Portugal como um país com “bom clima”, “boas praias” e “acolhedor/hospitaleiro”.

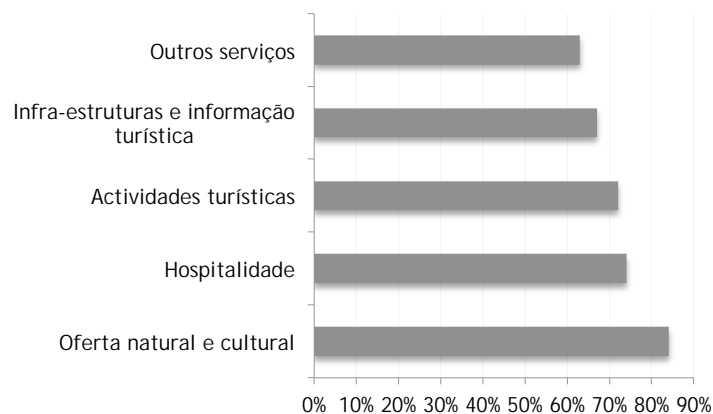


Gráfico 5 Factores de satisfação dos turistas (fonte: GFK Metris, 2012)

A maior parte dos turistas que responderam a este inquérito ficaram hospedados na mesma localidade durante todo o período de férias, apenas 25% optaram por fazer um circuito, com destaque, neste ponto, para os turistas brasileiros que são os que mais procuram deslocarem-se por todo o país. Neste estudo, foi também apurado que a média de tempo passado em Portugal é de 9,5 noites, sendo os espanhóis, devido à proximidade, os que fazem as estadias mais curtas.

Na última revisão do Plano Estratégico Nacional para o Turismo, devido à conjuntura actual, foram acrescentados e rectificados alguns traços definidores do perfil do consumidor. De acordo com este plano, o consumidor passou a racionalizar mais os seus consumos, ponderando mais a relação qualidade/preço. Passou também a preferir consumir dentro da

sua zona habitual, deixando desta forma as longas viagens. A outra característica referida foi a resistência ao endividamento, passando agora a gastar-se nas férias apenas o que se tem e deixando de se recorrer a linhas de crédito. Neste mesmo documento também é referido a crescente segmentação da procura, destacam-se duas gerações, a mais jovem que depende das tecnologias da informação e influencia todas as outras, e a geração sénior que procura descanso, estabilidade e conforto e que, em simultâneo, também revela disponibilidade para experimentar novos produtos turísticos (Turismo de Portugal, 2013).

## 2.6. Paradigmas do turismo actual

Para conseguirmos prever o futuro do turismo é necessário perceber quais são os paradigmas da procura turística. As sugestões e interpretações mais recentes defendem que a *sustentabilidade* e a *diferenciação* são os dois conceitos que suportam as novas concepções de desenvolvimento turístico (Pato, 2012).

Kirtges (1992, citado por Kasteholz, 2006) fala-nos de uma “inflação das necessidades”, isto é, de um aumento da procura de férias multifuncionais, que ofereçam produtos variados e flexivos e, por isso, se adaptem a cada turista de uma forma individualizada.

Actualmente, os turistas são mais experientes e informados, o que os torna também, mais exigentes e atentos à relação qualidade/preço. Com o aumento dos destinos e o consequente aumento da competitividade, os agentes turísticos sentir-se-ão obrigados a adoptar modelos de gestão assentes na procura da qualidade e na exploração de produtos mais sofisticados (Pato, 2012).

Nesta nova concepção, as micro e pequenas empresas, implantadas em locais de pouca ou nenhuma experiência turística, têm-se vindo a destacar. Através das suas “habilidades” para estabelecer um relacionamento com a população local, conseguem desenvolver produtos turísticos de enorme valor sociocultural (Pato, 2012).



Figura 2 Paisagem rural (foto de autor)

## Capítulo 3

### Rural

#### 3.1. Conceito de rural

*“Cabe lá tudo, desde Virgílio e as suas éclogas e bucólicas, os mundos mais-que-perfeitos como o paraíso e os Campos Elísios, o lirismo romântico e outros encantamentos pastorais, o comunitarismo poético, a aura das coisas primordiais e sagradas, o bom povo das aldeias, os impolidos e ignorantes, os supersticiosos enredados nas crenças e na religião popular, os proletários camponeses explorados, o lugar dos antepassados, os da província, o espaço verde, o turismo rural, as excelências da vida rústica ao estilo de Feliciano Castilho, os velhos camponeses, os pós-ruais, os arrelampamentos dos iluminados, os fisiocracias e dos tecnocratas, a antítese dos vícios da cidade, o obscurantismo dos rústicos que não se modernizam, a cultura popular, os bons esterco e a sua influencia n’agricultura, e o que mais vier. Perdido o nexo entre a agricultura e a ruralidade, o mundo rural, ora azedo, ora ficção, ora transfiguração. Entre utopia e realidade, o rural é a perfeita representação de uma relação de amor-ódio” (Domingues, 2011, p. 121).*

O conceito de rural esteve, durante toda a sua história, associado às práticas agrícolas e a tudo o que lhes era subjacente. Só agora, na viragem do milénio é que este conceito aparece ligado a outras actividades devido ao declínio da sua actividade mãe. Inicialmente as produções agrícolas, foram durante muito tempo primárias, respeitadoras do meio ambiente e produziam bens-alimentares com o objectivo de serem consumidos pelos próprios camponeses, ou então, para serem vendidos em mercados locais. Contudo, esta actividade agro-rural evoluiu da lógica redutora e simples de subsistência para um “ciclo da economia agro-industrial”, onde “a fábrica substitui o campo, o operário toma o lugar do camponês, a importação compete com a produção doméstica” (Covas, 2006, p. 109)

*“Eis que chegamos, pois, ao limiar de uma nova ordem, a ordem dominante, de uma racionalidade imparável composta por: escala, intensificação, especialização, profissionalização, acumulação, exportação, êxodo. É o tempo das fileiras e das cadeias alimentares que geram processos e produtos que pouco ou nada têm a ver com as matérias-primas de origem” (Covas, 2006, p. 110).*

Os meios rurais têm vindo a multiplicar as suas funções. As actividades agrícolas actualmente

ocupam apenas um quinto da população rural (Baptista, 2006). Por isso, estes meios têm sido recriados adaptando-se às necessidades humanas, tonando a sua definição e delimitação conceptual cada vez mais ambígua. Contudo esta definição tem vindo a ganhar importância e tem sido objecto de discussão por parte de diferentes áreas intelectuais. Este debate centra-se na morte da antiga identidade agrícola, abrindo caminho às novas recriações turísticas assentes na patrimonialização dos espaços rurais (Pato, 2012). A mesma autora define três aspectos fundamentais para delimitar os espaços rurais:

- a densidade populacional e o tamanho do local;
- as formas de economia local;
- estruturas tradicionais ditas locais.

O espaço rural é, actualmente, bem mais do que um mero fornecedor de recursos naturais. Este espaço adquiriu uma nova legitimidade nostálgica, assumindo-se para os habitantes dos centros urbanos como um símbolo de liberdade, tranquilidade, beleza e saúde. Os recursos rurais deixaram de ser apenas os produtos provenientes das actividades agrícolas, passando agora a ser também considerados neste conjunto os recursos paisagísticos, os históricos, as tradições e os valores culturais; a arquitectura popular das casas rurais, o teatro e a poesia popular, etc. (Cristovão, 2002).

A Comunidade Económica Europeia (CEE) categoriza o mundo rural, dividindo-o em três grandes grupos descrevendo as suas maiores características diferenciadoras (Pato, 2012):

- “Áreas rurais situadas perto dos centros urbanos” caracterizadas pela elevada densidade populacional e onde é usual o recurso a formas intensivas de agricultura;
- “Áreas rurais pobres e em processo de declínio” onde se assiste ao abandono da população e das explorações agrícolas de pequena dimensão. A população também vive com rendimentos baixos e sem perspectivas de emprego, muitas vezes estas características produzem um risco elevado de erosão do solo e incêndios;
- “Áreas rurais muito marginais e pobres” com as mesmas características que o grupo anterior, mas nesta o despovoamento é mais agravado e onde é ainda mais difícil a diversificação económica.

Numa interpretação igualmente assente no declínio da agricultura, e no aparecimento de novas funções para os espaços rurais, o ex-Ministro da Agricultura e Pesca, Fernando Oliveira Baptista (2006), subdivide estes espaços rurais em dois grandes grupos: “rural de baixa densidade” com uma média inferior a 13 habitantes/km<sup>2</sup> que corresponde a 7% da população continental portuguesa e ocupa uma área de mais de metade do território português continental; “rural urbano” que corresponde à área onde reside 26% da população portuguesa continental e onde a densidade rural média não ultrapassa os 165 habitantes/km<sup>2</sup>.

Para João Ferreira de Almeida (Fialho & Franco, (s.d)) os meios rurais sempre se relacionaram com os centros urbanos de uma forma assimétrica e complementar, assumindo cinco funções fundamentais:

- “reserva, fornecimento e reabsorção de força de trabalho, de mão de obra”;
- “fornecimento de bens alimentares”
- “reserva de espaços físicos”, como refere o autor, as cidades expandem-se cada vez mais apropriando-se, muitas vezes, dos espaços rurais circundantes;
- “protecção e reprodução ambiental”
- “estabilização política e social”

Numa análise socioideológica as descrições populares do mundo rural divergem.

*“... para os forasteiros e citadinos certos rurais são cada vez mais lugares nostálgicos e idílicos, para aqueles que aí nasceram, o rural foi e continua a ser sinónimo de duras condições de vida, trabalho e resignação”* (Pato, 2012, p. 50).

Para esta dissertação a perspectiva que mais importa abordar é a dos citadinos, pois são os que mais procuram os lugares rurais para a prática turística e é a esses que a oferta turística rural procura agradar.

O crescimento das cidades tem gerado efeitos nefastos nos meios rurais mais afastados, denominado por Álvaro Domingues (2011) como processo de *desruralização*. Por outro lado o desenvolvimento urbano-industrial tem também criado zonas de transição rotulados por *rural-urbano continuum* que anulam a “clássica dicotomia rural/urbano”, onde as suas características rurais se misturam com as urbanas.

### 3.2. Desruralização

*“Cidade é o centro, o poder; campo é a vastidão dos territórios onde habitam os súbditos, o vulgo, a peleje, os rústicos..., ou os idiotas, e se produzem alimentos, lenha, carvão, ou outra coisa qualquer, coisas mais próximas das necessidades do corpo do que do espírito”* (Domingues, 2011, p. 71)

A desruralização é um processo que teve início por volta de 1960 em Portugal, e que gerou mudanças socioeconómicas profundas por todo o país. Só passados mais de 20 anos, esta

corrente começou a ser combatida através da *“implantação de políticas de desenvolvimento local em meio rural”* (Silva L. , 2008, p. 6)

*“Desruralização é um conceito que se usa nas Ciências Sociais para denominar o processo de mutação sócio económica e territorial resultante da perda de importância da actividade agrícola (agro-florestal e criação de gado) e das culturas e modos de vida rurais tradicionais das sociedades camponesas. O recuo demográfico, o despovoamento e o abandono do solo agrícola são alguns dos factos mais insistentemente referidos sobre o assunto”* (Domingues, 2011, p. 69)

Luís Silva define este processo como *“um triplo movimento de perda demográfica, retracção dos usos agrícolas do solo e desenvolvimento da actividade turística”* (2008, p.6). Explicando que a partir de 1960 os meios rurais entraram num processo de perda demográfica para os grandes centros urbanos. Segundo os dados do INE, no início do século XXI, 85% da população portuguesa vive no litoral do país entre Braga e Setúbal (Silva L. , Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal, 2008).

Este êxodo rural está em grande parte associado às transformações na agricultura, que transfiguraram definitivamente as economias locais destes meios. Nas últimas décadas, a aplicação de novas tecnologias nas indústrias agrícolas reduziram drasticamente o volume de trabalho e o conseqüente número de trabalhadores (Silva L. , Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal, 2008). Estas transformações dos processos agrícolas também contribuíram para o fim de inúmeras especificidades das culturas e paisagens camponesas (Domingues, 2011).

O futuro das zonas rurais começa a revelar-se preocupante e é importante identificar as debilidades que este fenómeno nefasto causou, não só ao nível económico como também social, de modo a planear uma regeneração sustentável. Focando-se nos usos do solo e nas desproporcionabilidades entre as actividades agro-florestais e os serviços públicos necessários para as dinâmicas sociais destes meios, Manuel Belo Moreira afirma que a *“dimensão territorial que se mede não só pelo uso do espaço com fins de produção económica agrícola ou florestal, mas também pela crescente disputa entre esse uso do espaço e os usos, económicos ou outros, reivindicados por diversos actores não agrícolas, muitos dos quais nem sequer residem no mundo rural. O rural acaba por ser remetido para a categoria estatística de zonas de baixa densidade demográfica, de predomínio de actividades económicas agrícolas, extractivas ou de industrialização difusa e contando com alguns, poucos, serviços necessários à vida dessas populações e actividades.”* (Moreira M. , 2006, p. 181)

### 3.3. Paisagem rural



Figura 3 Paisagem rural do vale do rio Douro (foto de autor)

A paisagem rural é um dos factores de atracção mais preponderantes para as unidades de TER, assim sendo, é necessário defini-la e delimitá-la ao nível do seu conceito.

Genericamente, podemos circunscrever o espectro do termo “paisagem” como a “porção de território que se abrange num lance de olhos” (Dicionário da Língua Portuguesa, 2005). Do ponto de vista das ciências geográficas, a paisagem pode ser definida como um “espaço geográfico com determinadas características” (Dicionário da Língua Portuguesa, 2005). A definição conceptual de paisagem também é estudada por diversos campos do conhecimento como a literatura, a filosofia, as artes plásticas, etc. (Maderuelo, 2005). Contudo, para esta dissertação, estas são as duas interpretações que importa reter, pois a primeira refere-se ao prisma sensorial e a segunda ao campo científico e governativo.

Apesar da contemplação da natureza e a descrição paisagista estarem presentes, desde a Antiguidade Clássica, nas criações literárias e plásticas, o termo “paisagem”, tal como o conhecemos hoje, aparece dactilografado apenas em finais do séc. XVIII, nos catálogos descritivos de pinturas e desenhos campestres, servindo assim, para titular a temática destas

obras (Maderuelo, 2005). Durante o séc. XIX, diversos escritores (Almeida Garrett em “Viagens da minha terra”, Eça de Queiroz em “A cidade e as serras”, etc.), encontraram no campo os seus motivos de inspiração, começando assim a despertar o interesse dos cidadãos por estes territórios virgens e esquecidos.

Actualmente, este termo deixa de ser apenas associado à natureza, passando a ser entendido como “un constructo, una elaboración mental que los hombres realizamos a través de los fenómenos de la cultura. El paisaje, entendido como fenómeno cultural, es una convención que varía de una cultura a otra, ...” (Maderuelo, 2005, p. 17). Assim, podemos afirmar que estamos constantemente envolvidos por paisagens, pois este termo refere-se a todos os ambientes nos quais estamos integrados, sejam eles naturais, rurais, agrícolas, urbanos, industriais, interiores ou até mesmo virtuais.

Sendo o termo paisagem tão ambíguo e abrangente, focar-nos-emos então no estudo das paisagens rurais. No Decreto de lei nº 4 de 14 de Fevereiro de 2005, que aprova a European Landscape Convention 2000, a definição do conceito de “paisagem” aparece como um resultado “da acção e da interacção de factores naturais e/ou humanos”, assim sendo, podemos entender a paisagem rural não só como uma imagem estática, mas também, como um arquivo das memórias e da história das populações que as integram.

Das alterações socioeconómicas vividas no século passado (já citadas anteriormente), resultaram problemas que, para os meios rurais, se tornaram de difícil e lenta resolução. Estas mudanças tiveram repercussões directas nas paisagens rurais tais como o abandono dos terrenos agrícolas e das aldeias rurais, ou a falta de cuidados com os terrenos florestais que têm vindo a causar inúmeros incêndios. Contudo, os agentes governativos têm proposto sucessivos programas de desenvolvimento rural (Leader+ 2000-2006, Proder 2007-2013, Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020, etc.) onde surge a modernização das paisagens rurais, não só através da inserção de novas tecnologias industriais nas actividades agrícolas, mas também através da criação de novas funções/actividades nestes meios, sugerindo assim a multifuncionalidade das paisagens rurais (Pinto-Correia, 2007).

Em suma, as paisagens rurais abrangem todo o território com características semelhantes, guardando as suas memórias e integrando as suas novas funções. Este conjunto em constante mutação engloba diversos espaços (Correia & et al., 2009):

- espaço cultivado (terra arável, socialcos, sebes, muros, etc.);
- prados e pastagens, floresta;
- floresta;
- espaço aquático;
- espaços povoados.

### 3.4. Oportunidades dos meios rurais

Actualmente, os meios rurais assistem a grandes transformações socioeconómicas. À medida que a agricultura tradicional perde relevância, vão aparecendo novos sistemas de produção, servidos dos avanços da biotecnologia, da engenharia genética e dos meios informáticos (Alves, 2002). Fernando Oliveira Baptista, numa visão mais extremista, defende mesmo que *“no último meio século, no continente, quanto mais agricultura, menos rural”* (Baptista, 2006, p. 88).

O êxodo rural constitui um perigo ambiental e um desperdício de um activo económico, pois estes territórios são ricos em potencial não só biofísico, mas também humano e económico que deve ser repensado e utilizado no futuro dos países desenvolvidos (Gabinete de Planeamento e Políticas, 2009).

Contudo, neste rural distante, onde a agricultura já não é suficiente, começam a despontar sinais de novos percursos que têm vindo a tornar estes meios mais dinâmicos, autênticos lugares de consumo ou lugares para a implantação de pequenas unidades industriais (Baptista, 2006). Para este movimento de renaturalização contribuem iniciativas privadas e políticas de desenvolvimento rural. As primeiras, por norma de pequena dimensão, desconectadas entre si, são pouco preponderantes nas estatísticas macroeconómicas. Por isso, é do foro político e governativo que se esperam as grandes medidas regeneradoras (Gabinete de Planeamento e Políticas, 2009).

Porém, as políticas que têm sido impostas orientam as verdadeiras responsabilidades para os privados, isto é, a maioria destas políticas são de incentivo à criação de empresas em zonas rurais; desta forma o poder governativo libera-se das responsabilidades a longo prazo (Moreira M. , 2006). Com as novas tecnologias de informação e comunicação, o trabalho à distância surge também, como uma alternativa para o desenvolvimento das economias rurais. Uma vez que não dependem da sua localização, estes espaços desertificados podem oferecer assim condições de vida mais generosas (Moreira M. , 2006).

Tanto nas iniciativas privadas como nas públicas as premissas orientadoras confluem no aproveitamento dos atrasos estruturais das regiões rurais, evitando os erros ecológicos-ambientais já cometidos no passado, primando pela alta qualidade da oferta e pela preservação do património natural e cultural (Alves, 2002).

Apesar de todas as adversidades, estas invenções socioeconómicas têm vindo a revelar os meios rurais como lugares dinâmicos de consumo propícios à instalação de pequenas empresas, ou até mesmo de unidades industriais (Baptista, 2006).



Figura 4 Jardim da Casa da Feligueira (foto de autor)

## Capítulo 4

### 4. Turismo em Espaço Rural (TER)

#### 4.1. Contextualização conceptual e histórica

*“Turismo no espaço rural consiste no conjunto de actividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais.”* (Ministério da Economia, Decreto de lei nº 54/2002, 2002, p. 2068)

A Federação Europeia de Turismo Rural Eurogites (citada por Pato, 2012), define o TER como uma actividade que está intrinsecamente ligada com os recursos locais de carácter natural ou tradicional, onde se incluem a agricultura e os valores naturais e culturais. Porém, salvaguarda que a actividade turística não deve ser a principal fonte de receitas, pois assim sendo, estas zonas deixariam de ser rurais para serem maioritariamente turísticas. Estas mesmas organizações sugerem algumas premissas que o alojamento rural deve proporcionar: um serviço personalizado de pequena escala, zonas calmas e pacíficas, uma preocupação contínua com conservação do meio ambiente, uma forte ligação com a comunidade e as tradições locais.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (1993) fixou também uma série de características que, a partir das quais, se pode classificar de rural uma actividade turística. Nesse documento foi definido que as unidades de TER devem ser localizadas em áreas rurais, funcionando de acordo com as práticas das comunidades locais, permitindo a participação dos turistas nas actividades agro-florestais e, fundamentalmente, as gentes locais devem ser sempre os maiores beneficiários da implantação destes empreendimentos. (OCDE, 1994)

O turismo em espaço rural (TER) não é um fenómeno totalmente novo. Teve origem no início do séc. XX na região de Tirol e também em regiões rurais de Inglaterra. Rapidamente este fenómeno alastrou-se um pouco por toda a Europa. As primeiras expressões consistiam apenas em unidades de alojamento (quartos, pequenos *bangalows*) adaptados ou improvisados de maneira rudimentar nas propriedades rurais situadas em zonas montanhosas, pois seriam estas as mais procuradas para a prática de alguns desportos (Pato, 2012).

Em Portugal o TER foi lançado oficialmente em 1978 sob a forma de turismo de habitação em quatro zonas diferentes do país: Ponte de Lima, Vouzela, Castelo de Vide e Vila Viçosa. Desde então, este formato tem vindo a ganhar expressão no panorama turístico português. Em 1983 eram apenas 103 as unidades de turismo inscritas na Direcção Geral de Turismo (DGT), passados 10 anos esse número subiu exponencialmente para 936 unidades, acompanhado sempre pelo aumento da procura que também subiu proporcionalmente. (Silva L. , 2007)

Em 2008, estavam em funcionamento 1047 unidades de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, equipadas com um total de 11 692 camas, e desta forma representavam já mais de metade da oferta total do país (Turismo de Portugal, 2009). O tempo de estadia é por norma reduzido, 51,5% dos turistas apenas pernoitam duas noites, 32,8% entre duas e quatro noites, e apenas 15,7% ultrapassam as quatro noites (Silva L. , 2007).

## 4.2. Porquê o turismo rural?

O turismo rural é actualmente, objecto de estudo por parte de vários autores das mais diversas áreas de conhecimento socioeconómico. Tanto a procura como a oferta turística têm vindo a evoluir positivamente nos últimos anos, aumentando o volume de actividade económica deste sector (Silva L. , 2007). Com esta regeneração, a procura turística tem vindo a orientar-se para novas tipologias e diferentes conceitos, *“mais harmonioso em termos naturais e sociais”* (Pato, 2012, p. 43), com base na negação do estatuto de turista, assumindo estas novas experiências como *“um meio de diferenciação social face às massas”* (Silva L. , 2007, p. 161).

*“Ao longo dos últimos anos assistimos em Portugal a um aumento progressivo da procura e frequência dos espaços rurais para o consumo e desempenho de actividades de turismo e de lazer, fundamentalmente por populações urbanas.”* (Silva L. , 2007, p. 143). A procura destes espaços é motivada essencialmente por dois factores, a procura de uma experiência totalmente distante do quotidiano citadino e o sentimento nostálgico pelos espaços rurais.

Na Europa, 80% das pessoas vivem em cidades, que por sua vez, ocupam apenas 20% do respectivo território fazendo com que as cidades se tornem espaços asfixiantes, onde a concentração imobiliária e humana é quase insuportável. Devido a esta condensação populacional, os centros metropolitanos tornam-se *“reveladores de acutilantes desigualdades sociais e de processos de exclusão”* (Cristovão, 2002, p. 3), autênticos palcos de violências

diversas onde é patente o desemprego e a vida precária, e onde o tráfego e a poluição ambiental e sonora é muitas vezes caótica. Esta pressão diária criou a necessidade nas pessoas de se distanciarem temporariamente com o objectivo metafórico de “recarregar baterias” (Silva L. , 2007, p. 145). Desta forma, os meios rurais começam a ser entendidos como “antídotos ao excesso de civilização” (Cristovão, 2002, p. 3). Na Alemanha, algumas empresas chegam mesmo a enviar os seus colaboradores para unidades hoteleiras de TER para a realização de seminários ligados a profissões citadinas, com o objectivo de proporcionar um ambiente calmo longe do stress. (Fialho & Franco, (s.d)).

Por outro lado, os meios rurais também suscitam um sentimento nostálgico que motiva os turistas a escolherem as unidades de TER. Hoje o campo é visto com um espaço de referência onde ainda se podem encontrar valores, há muito perdidos nas cidades, que estão na origem da existência humana como “ideário de comunidade” (Cristovão, 2002, p. 4) e a autenticidade das pessoas. O mundo rural também é possuidor de valores físicos e culturais como as paisagens, a arquitectura popular e as tradições subjacentes à agricultura que fazem com que os citadinos se identifiquem com a vertente popular destas realidades pastorais (Silva L. , 2007). É também nas unidades de TER que o turismo assume uma escala humana integrado nos locais onde são implantadas, respondendo assim com experiências genuínas de um contacto permanente com a população local (Pato, 2012).

O interesse pelo “Portugal profundo” (Silva L. , 2007, p. 163) é assim um dos interesses dos turistas. Procuram pequenas povoações, paisagens naturais virgens, património histórico edificado, costumes e tradições com o objectivo de tornarem mais enriquecedora a experiência multicultural. Para isso, muitas vezes optam por fazer um roteiro no conjunto do território nacional. Para melhor responder a estes desejos, Artur Cristovão (2002, p. 22) defende que se deve mostrar “o rural complexo e vivo, com a sua história, os seus conflitos e rupturas, as suas riquezas e misérias, os seus problemas e lutas, e não apenas o rural bonito, equilibrado, estereotipado, vazio de vivências e problemas”.

A procura pelo que é local está também ligada a um processo de “reação à globalização” (Cristovão, 2002, p. 4), centrado nas preocupações com a saúde. Assim, é procurada a gastronomia tradicional dita saudável, o ar puro, as actividades desportivas, e as férias activas onde se inclui a possibilidade de participação nos trabalhos agrícolas. No plano ideológico, este tipo de turismo é cada vez mais procurado devido à “maior sensibilidade actualmente existente às questões ligadas à saúde” (Pato, 2012, p. 58) e à estética corporal.

*“Com efeito, entre os responsáveis políticos aos mais diversos níveis da Administração Pública, tem vindo crescer a convicção de que o turismo, pelas suas características, pode constituir a turbina do processo de construção de respostas para os extensos e graves problemas socioeconómicos que estas regiões vêm desde, há muito, acumulando, e que são,*

*em boa parte, problemas gerados e ampliados pelo desinteresse e a omissão desse mesmo poder político.” (Ribeiro, 2001, p. 1)*

O TER não constitui apenas uma solução alternativa à oferta turística. O crescimento sustentável deste sector é também benéfico para as economias locais e nacionais. A criação de unidades de TER contribui para a diversificação e coesão das indústrias rurais, pois depende da colaboração de diversos sectores de produção e, devido à menor incisão do factor sazonalidade nestas tipologias turísticas, contribui também para a diminuição regular das taxas de desemprego (Fialho & Franco, (s.d)). Estes espaços necessitam também de mão de obra especializada para melhorarem os seus serviços, motivando a formação profissional nas áreas do turismo e hotelaria. Para além das vantagens económicas e sociais, a actividade turística também contribui para a melhoria, reconstrução e preservação do património rural (construído casas e construções agrícolas e rurais) e do património histórico e arqueológico. Origina igualmente a construção e manutenção de infra-estruturas públicas como praias fluviais, arruamentos ou redes de saneamento. Este turismo intrinsecamente ligado à agricultura, é também uma montra internacional para esta actividade, contribuindo para o aumento das exportações nesta área. Sensíveis a este nicho do mercado turístico pouco desenvolvido em Portugal, têm vindo a ser implementadas políticas nacionais e comunitárias com o objectivo de combater os *“efeitos nefastos da desruralização do país”* (Silva L. , 2006), procurando assim estimular a diversificação das actividades económicas através do aproveitamento dos seus recursos endógenos. Estas políticas incluem o aproveitamento do potencial agrícola dos campos, a patrimonialização dos seus recursos naturais, culturais, históricos e paisagísticos, e a exploração turística destes patrimónios” (Silva L. , 2006).



Figura 5 Vista antiga da Quinta da Feligueira (foto de autor)

## Capítulo 5

### O lugar

O projecto prático desenvolvido e apresentado na segunda parte da presente dissertação tem lugar na Quinta da Feligueira, que se localiza na freguesia de Espadanedo, do concelho de Cinfães, no distrito de Viseu.

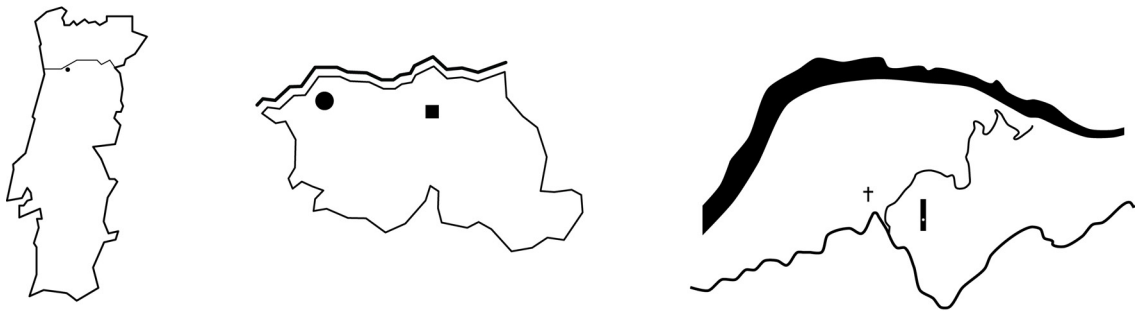


Figura 6 Localização da Quinta da Feligueira (esquema de autor)

Cinfães, é um concelho com 20427 habitantes, dos quais 1318 são residentes na freguesia de Espadanedo (Instituto Nacional de Estatística, 2012). Este concelho é delimitado a Norte pelo rio Douro, a Nascente pelo rio Cabrum e, a Poente pelo rio Paiva estendendo-se por uma área de 43 km<sup>2</sup>. Para além dos três rios que traçam as suas fronteiras, o concelho é ainda marcado pelo rio Bestança, exclusivamente cinfanense, que nasce num dos pontos mais altos da Serra de Montemuro (ponto mais alto 1383 m), descendo toda a encosta numa linha perpendicular à do rio onde aflua, o rio Douro. O concelho tem um total de 14 freguesias que estão distribuídas numa encosta a Sul do vale montanhoso do rio Douro, que em alguns pontos chega a atingir os 600 metros de desnível. Climaticamente, o concelho apresenta uma temperatura média de 12,5°C, registando médias de 25°C no período de Verão, e 1 a 2°C durante os dias mais frios de Inverno. É também frequente os nevoeiros persistentes, principalmente nas primeiras horas da manhã (Vasconcelos, Ribeiro, & Matos, 2000).

Espadanedo é uma das freguesias localizadas a Oeste da Vila de Cinfães. “De bruços para o rio

Douro" (Monterey, 1985, p. 537), disposta sobre uma topografia de pendente acentuada da encosta sul do rio. Sendo a maioria do território coberto pelo verde da agricultura e dos terrenos florestais, o átrio da igreja matriz destacam-se, como uma varanda sobre as paisagens do vale do Douro (Monterey, 1985).

As paisagens da região podem ser caracterizadas pelas montanhas acidentadas de uso agrícola ou florestal, marcadas por alguns volumes de rochas graníticas. Para além do granito, as rochas essencialmente xistosas de tons asilados e cinzentos são também abundantes na região, definindo assim, a pouco diversificada, geologia do concelho. (Vasconcelos, Ribeiro, & Matos, 2000).



Figura 7 Panorâmica das paisagens da região (foto montagem de autor)

No concelho de Cinfães a agricultura foi, durante muito tempo, a fonte de riqueza e sustento da população. Os produtos naturais mais cobiçados na região são o vinho, a laranja e a cereja, que devido a um microclima particular, provocado pela relação entre os rios, a serra de Montemuro e a serra do Marão, proporcionam condições excelentes para a plantação de cerejeiras (Vasconcelos A. , 2001).

A arquitectura tradicional do concelho de Cinfães é caracterizada pelas alvenarias de xisto e granito que compõem construções que são o reflexo da ligação às actividades agrícolas da população cinfanense. As aldeias começaram por se centralizar nos terrenos impróprios para a agricultura, onde as casas se dispunham lado a lado ao longo das poucas ruas que se desenhavam, por norma, a partir da principal igreja de cada uma das freguesias. Essas casas tinham acesso directo para a rua, varandas preferencialmente orientadas a Sul e abrigadas do vento. O piso térreo servia para guardar os animais e o primeiro piso dedicado à habitação. Em algumas zonas mais frias, as alvenarias de granito eram dobradas, compostas por duas camadas de pedra uma caixa-de-ar que, posteriormente, era enchida por cascalho, criando assim paredes com mais de 50 cm de espessura. Para além do granito e do xisto, as edificações mais antigas integram ainda, alguns elementos de madeira como os cunhais de reforço dos vãos, a estrutura das coberturas, os pavimentos e as varandas. As madeiras mais utilizadas eram o pinho e o carvalho. As estruturas de madeira que suportavam as coberturas

eram revestidas por colmo, lousa ou telha (Pinto, 2000).



Figura 8 Exemplo de uma construção vernacular (foto de autor)

Actualmente Cinfães não é uma excepção à corrente da desruralização que se propagou por todo o país durante o século passado. Agora que *“os campos ficam desertos, que a agricultura não paga o suor do nosso rosto, agora que a pecuária entrou em crise por novas doenças e novas leis de mercado, agora que a juventude embarcou nas ondas da emigração para o mar dos grandes centros, há que fazer valer esse capital polivalente que temos e que é a Natureza.”* (Vasconcelos A. , 2001, p. 99).

O terreno previsto para a implantação da proposta apresentada na segunda parte desta dissertação tem cerca de 16 mil metros quadrados divididos, quase simetricamente, pelo arruamento de acesso aos edificadods. Segundo o Plano Director Municipal do concelho de Cinfães, a parte superior às edificações é classificada como Reserva Ecológica Nacional (REN), e a parte de altimetria inferior está incluída numa zona de Reserva Agrícola Nacional (RAN). Contudo, o mesmo plano prevê a alteração do uso de solos agrícolas ou florestais, quando as construções sejam de interesse colectivo ou de apoio à actividade agrícola, ficando o projecto sujeito à aprovação da Câmara Municipal.

O terreno, assumidamente dividido em duas áreas distintas, espelha realidades topográficas quase opostas. Na parte superior ao arruamento e às construções, encontra-se uma área florestal virgem onde a vegetação densa, essencialmente composta por eucaliptos e pinheiros de grande porte, cobre toda a encosta de declive abrupto. A diferença altimétrica (30 metros, aproximadamente) e a vegetação selvagem dificultam a circulação nesta zona. Na porção de terreno destinada ao uso agrícola, o declive acentuado mantém-se, contudo, os socalcos que subdividem a área agrícola em três parcelas, facilitam o acesso e a circulação entre quase todos os pontos desta parte da quinta. Por fim, o terreno é limitado a Sul por uma ribeira ladeada por uma vegetação ainda mais densa e diversificada, onde a luz solar é quase impenetrável.



Figura 9 Casa da Feligueira (foto de autor)

Os 16 mil metros quadrados da Quinta da Feligueira são marcados por um pequeno conjunto de construções antigas que serviram o funcionamento agrícola da quinta. Uma pequena casa com um telhado de duas águas orientada a nascente, finda o estreito arruamento de acesso ao terreno. A casa, com cerca de 72 m<sup>2</sup>, é constituída por 3 quartos (um deles sem janela), um pequeno quarto de banho de pequenas dimensões, uma sala, e uma cozinha tradicional com a zona de refeições integrada. A casa é completada por dois pátios que a ladeiam, onde

se encontram as portas de acesso ao interior da mesma. No espaço inferior à habitação encontra-se uma adega, agora abandonada, mas devidamente equipada, que em tempos foi um compartimento para guardar os animais. Numa orientação quase perpendicular à casa, a uma cota inferior, encontra-se a edificação que aparenta ser a mais antiga da Quinta da Feligueira: um pequeno estábulo (27 m<sup>2</sup>) de granito, quase sem aberturas, coberto por um telhado de duas águas em telha. Para além destas duas construções, existem ainda outras duas na parte posterior da habitação, construídas posteriormente. Estas construções anexas, serviram também como armazéns agrícolas ou como espaços para guardar animais; actualmente, apenas uma é que não está ao abandono e serve como espaço auxiliar à casa principal.

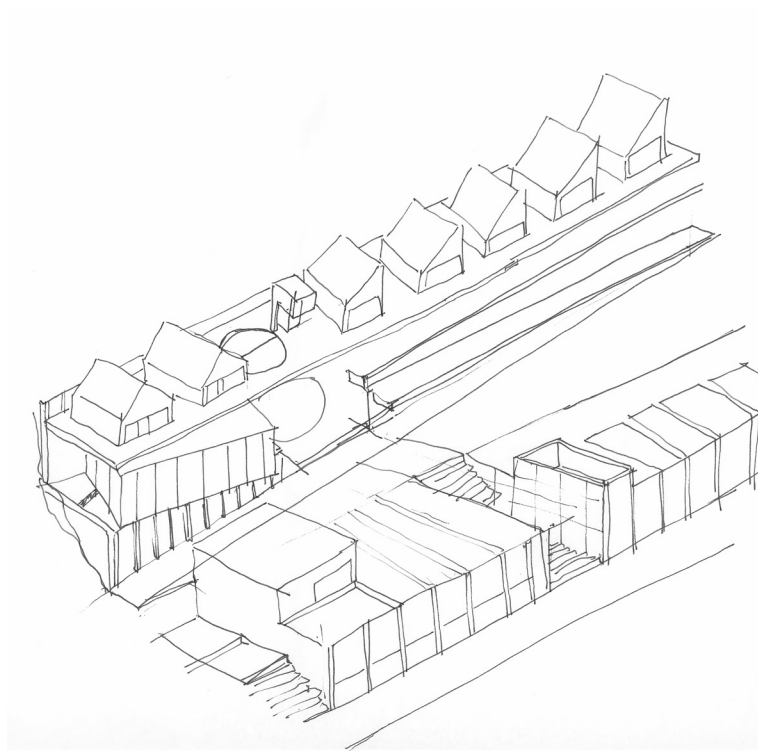


Figura 10 Croquis da proposta (desenho de autor)

# Capítulo 6

## Memória descritiva

### 6.1. Enquadramento

Actualmente, as actividades turísticas são vistas como importantes impulsos socioeconómicos para o desenvolvimento sustentável dos países europeus. O turismo, particularmente em espaço rural, assume um papel fundamental no equilíbrio das assimetrias entre as grandes cidades e as zonas rurais que nas últimas décadas caíram em esquecimento.

As ofertas turísticas estão cada vez mais diversificadas, procurando cada uma delas, a singularidade, flexibilidade e qualidade do produto que apresentam. É neste campo que o arquitecto tem um papel preponderante na concepção das futuras unidades hoteleiras. Consciente desta premissa, foi concebida uma proposta arquitectónica capaz de criar experiências sensoriais e turísticas centradas no aproveitamento das tradições e das paisagens rurais.

### 6.2. Programa funcional

Com o suporte teórico e factual da primeira parte da presente dissertação, foi desenvolvido um programa preliminar que definisse a experiência turística que o projecto arquitectónico deve oferecer.

Procuraram-se respostas às questões funcionais intrinsecamente ligadas à actividade turística e agrícola, conjugadas com a reflexão em torno da presença visual que os volumes construídos devem assumir na paisagem. Sob esta dicotomia foi idealizado um conjunto de valências que revitalizassem a Casa da Feligueira e o terreno circundante.

Tipologicamente o programa pode ser compreendido em três grupos: unidade hoteleira, quinta pedagógica e uma habitação de carácter permanente.

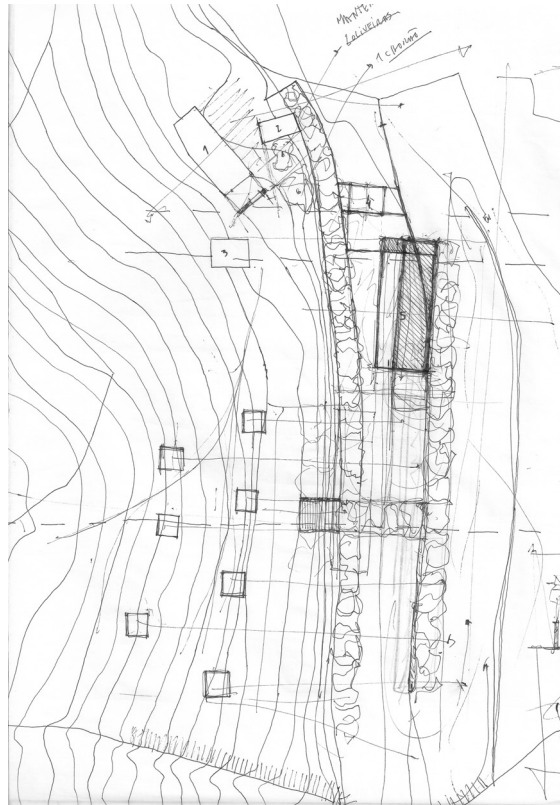


Figura 11 Croquis relativo à definição do programa funcional (desenho de autor)

### 6.2.1 Unidade hoteleira

Este primeiro e principal grupo, é composto por todas as funções destinadas ao uso hoteleiro tradicional. Foi fixada a necessidade de criação de uma série de pequenas habitações independentes, de um restaurante, de um estacionamento e de um conjunto de áreas auxiliares. Ao longo do desenvolvimento do projecto também ficou definido que, apesar de independentes, as pequenas habitações deveriam manter uma relação próxima entre si, motivando o convívio tradicional dos ambientes rurais entre hóspedes. Em todas estas habitações existe um espaço de entrada, onde também é possível a preparação de pequenas refeições, seguido pelo quarto e um quarto de banho. No quarto, orientado para a melhor vista paisagista, abre-se um grande plano de vidro e uma porta, que dilui a relação entre a natureza exterior e o espaço interior.

### 6.2.2 Quinta pedagógica

Neste segundo edifício que pretende ser um objecto arquitectónico integrante da paisagem, reúnem-se uma série de espaços que tornam possíveis as experiências rurais de carácter lúdico da quinta. Assim sendo, dispõe por um lado, de todos os espaços destinados à preparação e armazenamento dos produtos agrícolas e, por outro lado, uma zona polivalente capaz de acolher as mais diversas actividades colectivas, como por exemplo, workshops, palestras, etc. Toda esta parte está em contacto visual e em acesso directo aos terrenos cultivados da quinta.

### 6.2.3. Habitação de carácter permanente

Por último, a reabilitação da principal construção que marca as pré-existências, pretende criar todas as condições necessárias à habitação permanente para uma família.

Com o objectivo de preservar a memória da casa e de integrar a sua reabilitação nas características arquitectónicas do restante projecto, projectou-se uma série de alterações, de modo a tornar este espaço mais completo e confortável. Esta parte da proposta pretende também resolver alguns problemas que a casa tem actualmente, como a falta de luz natural e as infiltrações de humidade da fachada subterrada. Com um muro de suporte granítico, onde a vegetação cresce e a água escorre livremente, cria-se um pequeno pátio na parte traseira da casa, que torna possível a entrada de luz por esta fachada. O piso térreo tem um quarto com acesso directo ao exterior e quarto de banho, dois quartos e um quarto de banho comum. Depois de se subir umas escadas (ladeadas por um grande plano de vidro e por um plano de água, que dão origem a uma luz serena aos espaços amplos do piso superior), encontra-se o segundo piso que, exceptuando o quarto de banho, é despojado de paredes divisórias, possibilitando a comunicação livre entre as diferentes funções que compõe este espaço. Respeitando os usos actuais da casa, a Norte deste piso encontra-se a porta principal, que faz a comunicação entre um pátio fresco e a sala de estar. Do lado oposto encontra-se a cozinha e a zona de refeições servida de outro pátio que comunica directamente com o armazém do hotel.

### 6.3. Proposta

A proposta apresentada visa criar um conjunto arquitectónico harmonioso, integrado na morfologia do terreno, projectando uma experiência sensorial centrada na contemplação da paisagem.

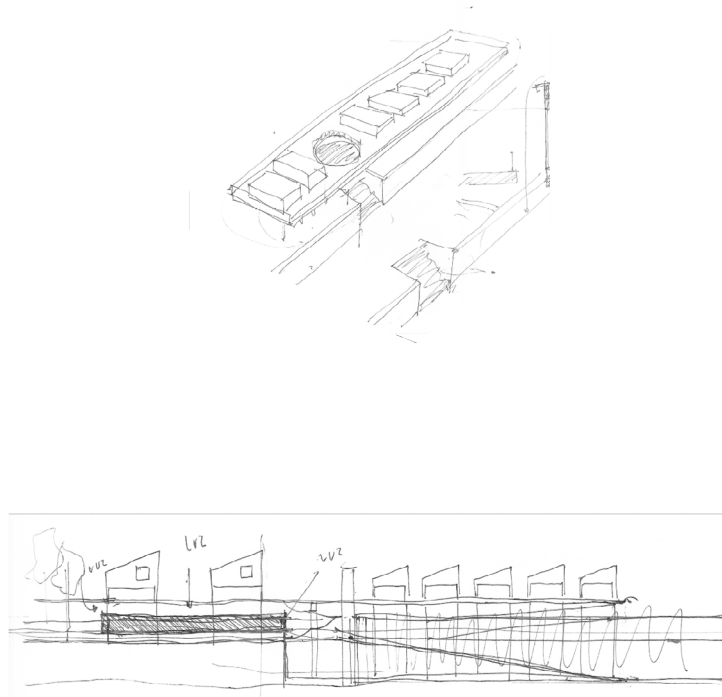


Figura 12 Conjunto de croquis iniciais da proposta (desenhos de autor)

A plataforma é a resposta estratégica aos problemas de circulação e conexão entre as várias partes do terreno. Sob um plano longitudinal de 86,5 metros de comprimento e 15 m de largura, assentam as sete habitações que compõe a unidade hoteleira. Para além de servir de suporte a esta vivência comunitária, esta plataforma cobre uma galeria onde se situa o estacionamento e o restaurante. Os restantes espaços foram incluídos na reconstrução do primeiro dos três socalcos que compõem a área agrícola da quinta, evitando assim a criação de mais um volume estranho à paisagem.



## 6.4. Materialização

A materialização foi idealizada a partir de processos/sistemas construtivos simples, com o objectivo de integrar de uma forma clara e subtil a estrutura de betão reticulada na envolvente natural. Para além dos volumes de betão aparente, as alvenarias de granito que constroem os novos socalcos e as paredes de xisto que encerram as pequenas habitações, são os materiais que marcam a imagem deste conjunto. Estas duas soluções de origem natural e vernacular, para além de reconstruir as tradições construtivas da região, criam uma oposição harmoniosa com os volumes limpos e esguios da estrutura de betão.

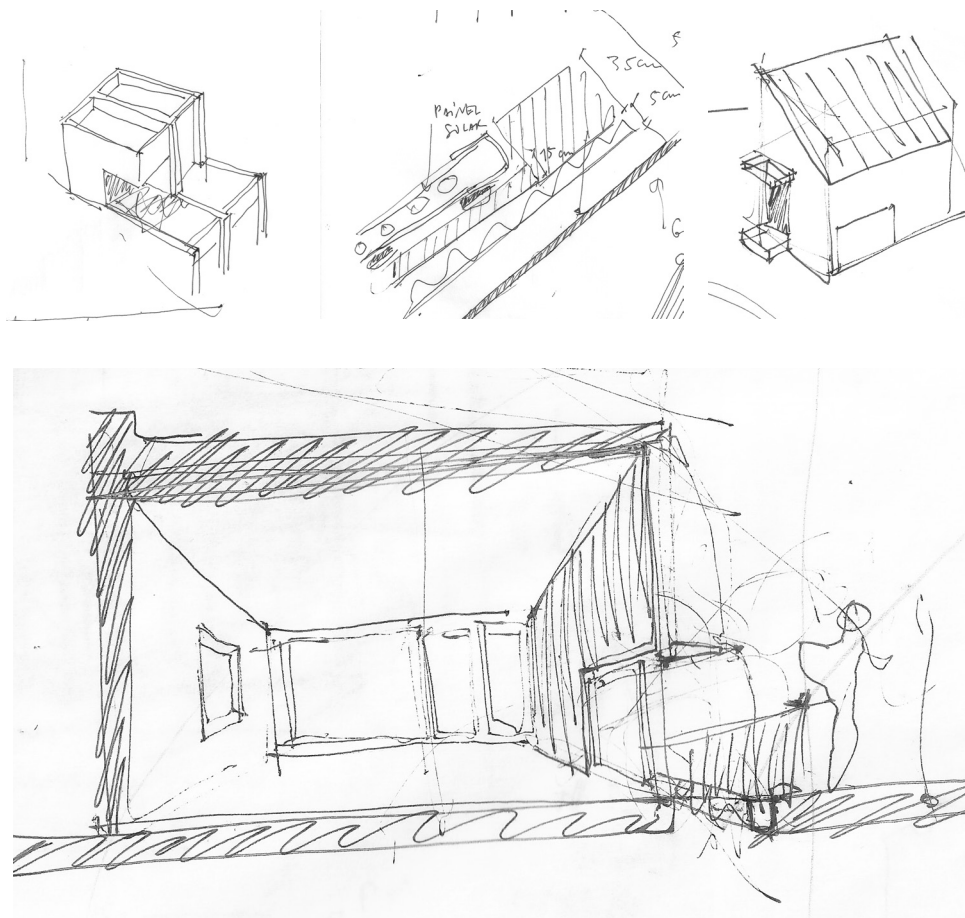


Figura 13 Conjunto de croquis relativos à materialização (desenho de autor)

## Capítulo 7

### Conclusão

O turismo é hoje um dos sectores da actividade humana mais importantes para o desenvolvimento das sociedades. Começa agora a haver um reconhecimento generalizado do importante contributo do turismo para a evolução moral e intelectual do Homem. Para além do crescimento pessoal, compreende-se hoje também o papel equilibrador do turismo nas balanças socioeconómicas da maior parte dos países. Nomeadamente em Portugal, é claro o esforço dos agentes governativos para a criação de iniciativas turísticas nas zonas menos desenvolvidas do país.

O aumento exponencial do número de empreendimentos turísticos, conjugado com o crescimento do nível intelectual dos turistas e a democratização dos meios de transporte e das tecnologias de informação ocorridos na segunda metade do século passado, conduziram à reestruturação da procura turística e à conseqüente reforma dos padrões de qualidade das ofertas turísticas. A relação qualidade/preço e a flexibilidade programática das ofertas turísticas são agora mais ponderadas durante o acto da procura.

Motivados pela melhoria aparente das condições de vida e pelos insuficientes rendimentos gerados pela produção agrícola tradicional, grande parte das comunidades rurais trocaram a tranquilidade dos campos pelo ruído das grandes cidades industrializadas. Este movimento populacional criou lacunas profundas que agora começam a ser reparadas. Deste conjunto de problemas destacamos o abandono das propriedades agrícolas familiares, que pela falta de ocupação e manutenção, caem no esquecimento ao longo de várias gerações.

Entre outras soluções de escala macroeconómica, o Turismo em Espaço Rural é hoje uma das esperanças destes lugares esquecidos. Esta tipologia que procura a integração das actividades turísticas nas memórias dos meios rurais, é uma solução alternativa à regeneração sustentável das propriedades rurais esquecidas. Para além da revitalização dos terrenos agro-florestais e das construções rurais, o turismo rural é também responsável pela criação de postos de trabalho, pela qualificação profissional das populações rurais e pela recuperação das economias locais.

A relação dicotómica entre a oferta turística e a integração no espaço rural são a base conceptual da criação de um empreendimento de turismo em espaço rural.

“Eu também diria que há a tarefa de programar adequadamente. Na nossa profissão, tratamos de buscar a essência das coisas. O arquitecto encontra na sua construção uma essência própria para uma actividade humana.” (Kahn, 2002, p. 57) No planeamento arquitectónico de um projecto desta génese, a “tarefa de programar” (Kahn, 2002) é a idealização da essência de todos os espaços que compõem a oferta turística. “O que satisfaz à sociedade é a nossa intervenção no programa, e não um edifício medíocre. O arquitecto prepara-se para a expressão do que é verdadeiro” (Kahn, 2002, p. 58).

Só com a consciência deste compromisso social, ético e artístico é que se pode dar início ao processo criativo.

Na fase de definição programática da experiência turística, enfatiza-se a reflexão bipolar entre as conexões funcionais e o ambiente do todo e de cada uma das partes que compõem o projecto, traçando assim a sua identidade. As tipologias turísticas rurais pressupõem também um conhecimento profundo do lugar, pois as suas características geográficas, sociais, culturais e históricas são determinantes desde a definição do programa à sua concretização arquitectónica.

Do estudo inicial em torno da definição do programa e do reconhecimento do lugar, nascem um conjunto de questões funcionais, formais e estéticas para as quais, a reflexão arquitectónica deve apresentar soluções. Os principais problemas que esta tipologia turística apresenta são de cariz funcional, como por exemplo a conjugação entre os espaços de descanso e as áreas de suporte ao trabalho agrícola, ou a definição da fronteira entre os amplos espaços de uso comum e os ambientes privados. Em paralelo nas estruturas de turismo rural, a relação interior-exterior é uma questão igualmente sensível, visto que, para além de influenciar a forma e organização funcional do complexo, influencia também a autenticidade de uma verdadeira experiência/viagem rural.

# Referências Bibliográficas

- Almeida, J. (13 de Junho de 1997). *Arquivos da presidência de Jorge Sampaio*. Obtido em 31 de Março de 2013, de Prsidência:  
[http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/1\\_2.html](http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/1_2.html)
- Alves, J. (2002). *Património rural e desenvolvimento: do discurso institucional às dinâmicas locais*. Lisboa: ISCTE.
- Badaró, R. (2004). O direito do turismo através da história e sua evolução. *Revista Virtual de Direito do Turismo* n° 164 , 1-22.
- Baptista, F. (2006). O rural depois da agricultura. *Desenvolvimento e território - espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer* , 85-106.
- Bernardo, E. (2013). *Uma introdução ao turismo* . Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa.
- Correia, M., & et al. (2009). *Gua de Observação do Património Rural*. Lisboa: Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- Covas, A. (2006). O ruralidade do nosso tempo: decálogo para uma 2ª modernidade. *Desenvolvimento e território - espaços rurais pós agrícolas e novos lugares de turismo e lazer* , pp. 107-125.
- Cristovão, A. (2002). Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In M. Reidl, J. Almeida, & A. Viana, *Turismo rural: tendências e sustentabilidade* (pp. 81-116). Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Cunha, L. (2010). *A definição e o âmbito do turismo: aprofundamento necessário*. Lisboa: Universidade Lusofona.
- Cunha, L. (2010). Desenvolvimento do turismo em Portugal: os primórdios. *Fluxos&Riscos* n°1 , 127-149.
- Departamento de Dicionários da Porto Editora. (2005). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Domingues, Á. (2011). *Vida no campo*. Porto: Dafne Editora.
- Fialho, J., & Franco, N. ((s.d)). *Agriturismo*. Beja: Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Beja.
- Fortuna, C., & Ferreira, C. (1996). *O turismo, o turista e a pós-modernidade*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Gabinete de Planeamento e Políticas. (2009). *Plano estratégico para o desenvolvimento rural 2007-2013*. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento de Território.
- GFK Metris. (2012). *Estudo de Satisfação de Turistas*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Censos - Resultados definitivos. Região Norte - 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

- Instituto Nacional de Estatística. (2013). *Estatísticas do turismo 2012*. Lisboa: INE.
- Kahn, L. (2002). *Conversa com estudantes*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Kastenholz, E. (2002). *The role and marketing implications of destination images on tourist behaviour: the case of northern Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Maderuelo, J. (2005). *El paisaje - génesis de un concepto*. Madrid: Abada editores.
- Ministério da Economia, Decreto de lei nº 54/2002. (11 de Março de 2002). Decreto de lei nº 54/2002. *Diário da República*, pp. 2068-2083.
- Monterey, G. (1985). *Terras ao léu, Cinfães*. Porto: Sociedade de Papelaria.
- Moreira, A., & Dias, A. (2010). Qualidade nos serviços de alojamento rural. O agro turismo em Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal. *Gestión Turística nº 12*, 39-62.
- Moreira, M. (2006). Empresariado Rural. Tópicos para Reflexão. In M. Fonseca, *Desenvolvimento e Território Espaços Rurais Pós-agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer* (pp. 171-188). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa .
- OCDE. (1994). *Tourism Strategies and Rural Development*. Paris: OCDE.
- Pato, M. (2012). *Dinâmicas do Turismo Rural - impactos em termos de desenvolvimento rural*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Pinto, C. (2000). *Arquitectura Popular : do Concelho de Cinfães*. Cinfães: Câmara Municipal de Cinfães.
- Pinto-Correia, T. (2007). Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise . *Inforgeo*, 61-71.
- Ribeiro, M. (2001). Oportunidades empresariais no sector do turismo em regiões do interior de Portugal. *Gestão e desenvolvimento nº 10*, 319-332.
- Rodrigues, S. (s/d de s/d de s/d). *Turismo de Cinfães*. Obtido em 2014 de 05 de 12, de Municipio de Cinfães: [http://www.cm-cinfaes.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=41&Itemid=254](http://www.cm-cinfaes.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=41&Itemid=254)
- Santos, E. (2000). *(Re) encontros rurais: contributos para o desenvolvimento de uma estratégia turística - o caso particular de Bucelas*. Lisboa: ISCTE.
- Silva, L. (2007). A procura do turismo em espaço rural. *Etnográfica nº 11*, 1, 141-163.
- Silva, L. (2008). Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal. *Arquivos de Memória nº4*, 6-25.
- Silva, L. (2006). Os impactos do turismo em Portugal. *Antropologia Portuguesa 22/23*, 295-317.
- Silva, S., & Carvalho, P. (2011). Programas e sistemas de incentivos europeus com incidência na actividade turística em espaço rural. O exemplo do PRIME (Portugal, 2000-2006). In E. Figueiredo, *O rural plural - olhar o presente, imaginar o futuro - colecção Territórios da mudança* (pp. 315-328). Castro Verde: 100 luz.
- Silvano, M. (2006). *O turismo em áreas rurais como factor de desenvolvimento. O caso do Parque Natural de Montesinho*. 2006: Universidade de Aveiro.

Theobald, W. (1998). *Global Tourism*. Oxford: British Lybrary.

Turismo de Portugal. (2008). *Conceitos estatísticos de turismo*. Lisboa: Turismo de Portugal.

Turismo de Portugal. (2013). *O turismo em 2012*. Lisboa: Turismo de Portugal.

Turismo de Portugal. (2013). *Os resultados do turismo 2012*. Lisboa: Turismo de Portugal.

Turismo de Portugal. (2009). *Turismo de habitação e turismo em espaço rural - oferta e procura - 2008*. Lisboa: Turismo de Portugal.

UN & WTO. (2013). *Tourism highlights*. Madrid: UN & WTO.

United Nations and World Tourism Organization. (1994). *Recommendations on Tourism Statistics*. New York: UN & WTO.

Vasconcelos, A. (2001). *Cinfães, a história e a lenda*. Porto: Brasilia.

Vasconcelos, M., Ribeiro, J., & Matos, E. (2000). *Geografia de Cinfães*. Cinfães: Câmara Municipal de Cinfães.

## ANEXOS